

COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM PORTUGAL, DURANTE OS XIX E XX GOVERNOS CONSTITUCIONAIS (2011-2015)

Helena Sousa*

Resumo

As exigentes reconfigurações da vida académica moderna obrigam investigadores e docentes a desenvolver esforços redobrados na disseminação da sua produção científica, tendo em vista o alargamento e a visibilidade do trabalho realizado nas universidades. Contudo, sobram elementos para definir concretamente de que forma os cientistas devem valorizar a sua atividade, sobretudo quando se trata de apelar ao interesse dos decisores públicos e políticos para a ligação que a academia procura estabelecer com o mercado.

A internacionalização da investigação, a partir da comunidade ibero-americana que aqui se concretiza, surge como estratégia complementar para a visibilidade de um contexto ainda excessivamente dominado pela aproximação a um estilo anglo-saxónico.

Palavras-chave: ciência; universidade; produção; valorização; política

Introdução

Precisamos de interrogar as políticas públicas para a ciência, no que respeita ao campo da Comunicação. O que fazer para promover e qualificar essas políticas? Como valorizar o nosso trabalho académico de modo a tornar-se respeitado pelos

* Atual Presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, coordenou, como *Chair* e *Vice-Chair*, a Secção de Economia Política da IAMCR. Editora do *European Journal of Communication*, é Vice-Presidente do Conselho Científico para as Ciências Sociais e Humanidades da FCT, sendo ainda *Full Member* do *EuroMedia Research Group*. Professora Catedrática no Departamento de Ciências da Comunicação, coordena diversas atividades de natureza pedagógica e científica. Áreas de investigação: regulação dos média e políticas de comunicação, economia política da comunicação e jornalismo.
E-mail: helena@ics.uminho.pt.

decisores públicos e útil para as decisões públicas? Como promover a ligação da academia aos serviços e aos mercados? Como manter a autonomia de pensamento num quadro político e económico que é, em alguns casos, dramático? Como reforçar as nossas redes de cooperação, de modo a garantir que este campo científico se torne mais influente e capaz de contribuir para o desenvolvimento social? Como reagir às novas exigências sociais, económicas e políticas¹?

Para problemas desta magnitude não é fácil encontrar respostas simples, unidimensionais, respostas que sirvam de igual modo aos diversos contextos, nacionais e regionais, deste grande espaço ibero-americano. O espaço ibero-americano é, pois, composto de realidades distintas e pensar em políticas públicas para a ciência exige a clarificação dos contextos. Não é fácil encontrar denominadores comuns...

Vamos, por isso, centrar a reflexão nas políticas públicas portuguesas e no seu potencial impacto, nos quadros mais alargados dos espaços lusófono e ibero-americano².

Começamos por colocar a seguinte questão: O que é que caracterizou, em matéria de política científica, a ação política do XIX e XX Governos Constitucionais (2011-2015), governos de coligação entre sociais-democratas e democratas-cristãos?

1. A desvalorização das Ciências Sociais e Humanas

Entre 2011 e 2015, ocorreu, de facto, a desvalorização das Ciências Sociais e Humanas, em geral, em benefício das biociências, particularmente das ciências da saúde e das ciências da vida. Esta desvalorização foi percebida transversalmente, mas em

1 Tendo presente o contexto ibero-americano, encontramos uma boa tentativa de resposta a estas questões em *Comunicação Ibero-americana: Sistemas Midiáticos, Diversidade Cultural, Pesquisa e Pós-Graduação*, livro editado em 2012, por Margarida Kunsch e José Marques de Melo, retomando os principais trabalhos apresentados ao I Congresso da Confibercom, realizado em São Paulo, em 2011 (Kunsch & Melo, 2012). Para o caso português, ver de Moisés de Lemos Martins, “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 a); e “Os Estudos Culturais como novas Humanidades” (Martins, 2015 b).

2 Temos presente, neste domínio, os seguintes trabalhos: “A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões” (Martins, 2012 a); “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento” (Martins, 2012 b); “As Ciências Sociais e a política científica” (Martins, 2008); e “Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono” (Martins, Sousa & Cabecinhas, 2007).

particular, pelo decréscimo drástico de bolsas para doutoramento e pós-doutoramento, pelos processos de avaliação de candidaturas a projetos, pela formulação de regulamentos preparatórios para a avaliação dos centros de investigação e pelo empastelamento burocrático das relações entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e as unidades de investigação. Esta desvalorização constituiu, em nossa opinião, uma perda e um retrocesso inaceitável, principalmente em tempos de crise como foram os nossos. Nunca as Ciências Sociais e Humanas, que compreendem naturalmente as Ciências da Comunicação, foram tão necessárias. As Ciências Sociais encerram em si o potencial para apontar possibilidades e ir construindo – sólida e sustentadamente – soluções para os problemas concretos das pessoas concretas. Sem o conhecimento profundo da realidade social e sem a compreensão de fenómenos comunicativos mais complexos, as sociedades não dispõem dos meios necessários para imaginar alternativas. E dada esta incompreensão, a realidade é como é, sem que sejam dados aos cidadãos os meios necessários para compreender a natureza construída da realidade social e económica (Berger e Luckmann, 1967; Merton, 1968; Watzlavick, 1976; McQuail e Siune, 1998; Manovich, 2001; Wasco, Murdock e Sousa, 2011).

Nestas circunstâncias, o que é que podemos fazer enquanto comunidade científica? Procurar afirmar, de forma sistemática e com energia, a importância das Ciências Sociais, em geral, e das Ciências da Comunicação, em particular, nas nossas sociedades... colocar a Comunicação na agenda para o desenvolvimento social, para o progresso social e para um futuro mais equilibrado, mais justo e mais sustentável. A Comunicação é para os seres humanos como a água para o peixe – absolutamente vital à sobrevivência. Mas a sua aparente naturalidade comporta enormes riscos sociais. Uma sociedade que não é capaz de descodificar as mensagens, de ler os interesses que se jogam por trás da oferta simbólica à sua disposição, é uma sociedade fragilizada e com maiores dificuldades em enfrentar os desafios sociais, culturais, económicos e ambientais.

2. A submissão de todas as ciências à lógica de avaliação e controlo

Um segundo traço das políticas públicas em Portugal é a submissão de todas as ciências à mesma lógica de avaliação e controlo, nomeadamente com a adequação ao modelo dominante, que é claramente anglo-saxónico (Martins, 2015 b). O sistema inglês de investigação e de ensino entrou por um caminho perigoso,

estando ainda por apurar as suas consequências sociais. Apesar da imprudência e da vontade de servir interesses imediatos da indústria, o caminho da hiper-competitividade foi sendo traçado e as áreas externas ao STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*) foram cilindradas pela mesma lógica de avaliação.

Em Portugal, todos os processos de avaliação dos projetos de ensino e de investigação decorrem em língua inglesa, sem que seja exigido que os avaliadores estrangeiros dominem a língua portuguesa. E esta circunstância ocorre nos mesmos termos, quando nós próprios estamos envolvidos em processos de avaliação noutros países. O princípio da reciprocidade não é aplicado, o que não deixa de corresponder a uma desvalorização objetiva da língua portuguesa e da comunidade científica de língua portuguesa.

Estamos longe de defender o fechamento do nosso espaço científico, até porque estamos, e devemos estar, em diálogo permanente com colegas de todo o mundo. A ciência é universal, mas não deve desenvolver-se numa única língua. Deve expressar-se, antes, na sua multiplicidade, considerando as especificidades linguísticas e comunicativas das sociedades nas quais se desenvolve. É a diversidade linguística, o multilinguismo, que deve ser defendido, e não a submissão, pura e simples, a um único modo de ler e de sentir o mundo (Martins, 2015 c; e Martins, Sousa & Cabecinhas, 2007).

3. O desinvestimento financeiro

Um terceiro aspeto das políticas públicas para a ciência e a tecnologia, em Portugal, durante os XIX e XX Governos Constitucionais, foi o desinvestimento financeiro. Não vamos entrar em detalhes técnicos. Julgamos, no entanto, que toda a política científica do Estado (incluindo naturalmente o modo como a FCT operacionalizou a sua ação) se baseou na ideia de reduzir a despesa com a ciência. De 2011 a 2015, houve significativos cortes nos montantes atribuídos aos centros de investigação, e também foi manifesta uma enorme desorientação (não sabemos, se uma desorganização deliberada) nos modos de atribuição de verbas.

Justificada com a má situação financeira do país, a política científica austérrica legitimou o impensável e converteu-o em moeda corrente. E, todavia, um país como Portugal deveria investir na ciência, como modo de lidar com os seus problemas de produtividade, de competitividade externa, de internacionalização

dos seus recursos humanos e da sua economia. Mas foi precisamente o contrário que ocorreu, durante o XIX e o XX Governos Constitucionais.

4. A desvalorização da universidade pública

Procurando ainda aspetos genéricos que, de alguma forma, nos ajudem a compreender a realidade do país, de 2011 a 2015, julgamos que é possível falar da desvalorização da universidade pública, em geral, e da universidade pública, em particular, como espaço de excelência da investigação científica. Na realidade, o XIX e o XX Governos Constitucionais ignoraram o modo como, ao longo dos anos, se foi estruturando a rede de investigação científica nas universidades, em articulação com os projetos de ensino pós-graduado. A ideia com que se ficou sobre as políticas científicas do país foi a de que os centros das universidades públicas portuguesas foram preteridos, em relação a unidades de investigação privadas, como por exemplo, o Instituto Gulbenkian de Ciência e a Fundação Champalimaud. Respeitando, naturalmente, o trabalho meritório que estas Fundações têm desenvolvido, em prol da ciência em Portugal, pareceu-nos no mínimo estranho que tenha sido o próprio Estado a financiar fundações privadas, que estiveram, em algumas circunstâncias, a competir, com as universidades públicas, pelos mesmos recursos financeiros. Um investigador em exclusividade, de uma Fundação privada, não deveria competir, diretamente, com um docente-investigador, de uma universidade pública, porque as condições de produtividade têm necessariamente que ser diversas.

5. Nota conclusiva

Podemos dizer, em síntese, que o XIX e o XX Governos Constitucionais consistiram num retrocesso, relativamente a conquistas feitas na área da investigação científica, com particular incidência nas áreas do saber que são, por definição, mais críticas, com um forte pendor humanista e, por isso, entendidas como menos pragmáticas, instrumentais e operativas. Argumentou-se, então, que não havia fundos públicos. No entanto, a falta de financiamento não pode deixar de ser lida e compreendida à luz do pensamento crítico, instruído e problematizante. O financiamento (e/ou a sua ausência) decorre de escolhas políticas, de opções deliberadas e com uma intencionalidade clara.

Neste quadro, que é português, mas que terá certamente pontos de contacto com outros contextos e ramificações várias, importa interrogar o papel da comunidade científica, enquanto estrutura e agente de mudança, ou de resistência, a políticas que, a prazo, têm como consequência condicionar a liberdade de pensamento científico e reduzir a diversidade da sua expressão. O imediatismo a que a ciência parece estar submetida, a lógica produtivista e a hípercompetitividade podem ajudar no curto prazo a colocar as universidades um ponto acima ou abaixo nos *rankings* nacionais e internacionais. Mas o que importa interrogar é a razão de ser das universidades, que contributo podem efetivamente dar para que se mantenham como entidades relevantes e socialmente significativas.

Interrogamo-nos, pois. Estes problemas são comuns no espaço ibero-americano? Enfrentamos, porventura, os mesmos desafios? Sem querer anteciper o debate, diria talvez que um risco partilhado será o de vermos diminuir a capacidade de pensamento crítico que tem caracterizado, em larga medida, o trabalho na área das Ciências da Comunicação na América Latina e no espaço ibérico. Assistimos, hoje, a uma verdadeira deriva positivista e imediatista, que compromete a visibilidade de textos mais progressistas, mais normativos ou mais comprometidos com o desenvolvimento social (Martins, 2008 b, 2012 a, 2015 b). Há resistência, é claro! Mas será suficiente? Estaremos a fazer tudo o que está ao nosso alcance? A ciência deve ser verdadeiramente plural (nas perspetivas teóricas, nas metodologias utilizadas, nos problemas que coloca, nas dúvidas que suscita). Hoje, apesar da explosão de publicações e dos movimentos de acesso livre à produção científica publicamente financiada, assistimos a um estreitamento dos quadros dominantes de pensamento. Será que as redes académicas, lusófonas e ibero-americanas, têm a vitalidade necessária e indispensável para desempenharem, com vigor, um papel de insubordinação, de pensamento contraintuitivo, de reação aos paradigmas dominantes?

Não há qualquer dúvida de que a nossa comunidade é já hoje vibrante, cheia de vitalidade, com associações dinâmicas. Há já importantes redes de cooperação e relações solidamente estabelecidas. Julgamos que devemos valorizar o que foi já conquistado e aprofundar o caminho realizado. As associações e redes temáticas e disciplinares ibero-americanas, que existem hoje, têm contribuído de forma decisiva para a mundialização da nossa investigação. Estas redes têm potenciado o nosso envolvimento noutras estruturas de investigação regionais, tais como a European Communication Research and Education Association (ECREA), a International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e

a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (LUSOCOM). Mas temos, certamente, muito trabalho pela frente, no sentido de procurarmos afirmar internacionalmente o grande espaço ibero-americano das Ciências da Comunicação e para melhor servirmos as nossas comunidades, com uma investigação científica, que seja verdadeiramente significativa e útil para as comunidades que servimos.

Referências bibliográficas

- BERGER, L. P. & Luckmann, T. (1967). *The Social Construction of Reality*. New York: Anchor Books.
- KUNSCH, M. & Melo, J. M. (Eds.) (2013). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MANOVICH, L. (2001). *The Language of New Media*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- MARTINS, M. L. (2015 a). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/36695>.
- MARTINS, M. L. (2015 b). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*. Vol. 3 (1), pp. 341-361. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/40655>.
- MARTINS, M. L. (Ed.) (2015 c). *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia*. Famação: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/39693>.
- MARTINS, M. L. (2012 a). A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Org.). *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331-345). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- MARTINS, M. L. (2012 b). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento e conhecimento". *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35 (1), pp. 233-251. São Paulo. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/23768>.
- MARTINS, M. L. (2008 b). As Ciências Sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Org.) *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção* (pp. 27-29). Porto: Afrontamento. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/1059>.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (Org.). *Comunicación*

- Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24127>.
- MCQUAIL, D. & SIUNE, K. (Eds. for the Euromedia Research Group) (1998). *Media policy: convergence, concentration and commerce*. Sage, London.
- MERTON, R. (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.
- SOUSA, H. *et alii* (2013). *Media Regulators in Europe: a Cross-country Comparative Analysis*. Universidade do Minho / CECS. Ebook. Retirado de: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/118/showToc.
- WASCO, J.; MURDOCK, G. & SOUSA, H. (2011) (Eds). *The Handbook of Political Economy of Communications*. United Kingdom: Wiley-Blackwell. “Global Handbooks in Media and Communication Research” – IAMCR.
- WATZLAVICK, P. (1976). *How Real Is Real? Confusion, Disinformation, Communication*. New York: Random House.